



Em ofício a Fachin, presidente do TSE reclama da decisão de Dino sobre Nossa Senhora Aparecida e fala em “indevida sobreposição” do Supremo nos temas da Justiça Eleitoral

Nunes Marques cita “erosão democrática”

» RENATO SOUZA

Em ofício enviado, ontem, ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, o ministro Nunes Marques, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fala em “erosão democrática” com a inter-ferência da STF na Justiça Eleitoral.

“Venho manifestar minha elevada preocupação com episódios reiterados de indevida sobreposição de competência e de violação ao juiz natural no âmbito do Supremo Tribunal Federal que vêm impactando diretamente a condução da eleição pelo Tribunal Superior Eleitoral”, disse Nunes Marques.

A manifestação ocorre após decisão do ministro Flávio Dino, do STF, de liberar publicações em redes sociais que associam o candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, a uma suposta intenção de tirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil. O ministro André Mendonça, vice-presidente do TSE, havia proibido as postagens.

A Fachin, Nunes Marques menciona “captura institucional”. “O resultado é o risco de captura institucional, aqui compreendida como a subordinação funcional do TSE a



Em período eleitoral, marcado por prazos exíguos e por efeitos de difícil reversão, a instabilidade decisória gera insegurança jurídica, estimula a litigância estratégica perante a instância percebida como mais favorável e compromete a previsibilidade das regras do jogo”

Nunes Marques, presidente do TSE

Criação de filtro

No ofício, Nunes Marques pediu que Fachin crie um filtro na distribuição das petições que solicitem medidas urgentes relacionadas às eleições deste ano, inclusive no âmbito de ações já em curso, “para prevenir a prolusão de decisões que, no limite, possam impactar negativamente a isonomia entre os candidatos”.

juízos individuais externos à estrutura da Justiça Eleitoral. (...) É por essa via incremental formalmente lícita, mas materialmente destruturante que se opera a erosão democrática, mediante o progressivo enfraquecimento das instituições incumbidas de assegurar a integridade do pleito”, argumentou.

O presidente do TSE afirmou que a decisão de Dino fragiliza a condução do processo eleitoral. “A extensão, por via reclamatória e mediante decisão monocrática, dos efeitos de provimento jurisdicional a publicações não identificadas, ‘excluídas pelo mesmo fundamento’, altera a arquitetura

constitucional da jurisdição eleitoral e fragiliza a unidade de comando necessária à condução do processo eleitoral”, acrescentou.

Retirada

Na semana passada, Mendonça mandou que plataformas digitais retirassem do ar postagens com críticas a Flávio e seus familiares com referência à suposta intenção dele e de políticos da bancada evangélica de revogarem o título da padroeira do Brasil.

Com a decisão de Mendonça, o primeiro post derrubado foi do humorista Antônio Tabet. Ele escreveu: “A família miliciania odeia tanto mulher preta que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida”. No fim de semana, Dino revogou a determinação do colega, destacando que não era possível inferir pela postagem de Tabet que ele se referia a Flávio Bolsonaro. Além disso, determinou que outras publicações de mesmo teor fossem restabelecidas.

O documento de Nunes Marques para Fachin representa mais um capítulo da crise no Poder Judiciário, que teve início com a revelação de conversas envolvendo magistrados do STF com Daniel Vercaro, dono do Banco Master.

Leobark Rodrigues/Secom/TSE



Presidente do TSE, Nunes Marques também alertou, no ofício ao Supremo, para o perigo de subordinação de uma corte em relação a outra

Alerta contra apostas eleitorais

» VICTOR CORREIA

A divulgação de apostas sobre o resultado das eleições em perfis nas redes acendeu um alerta no governo federal e em entidades da sociedade civil. Um grupo de quatro organizações pediu à Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) que investigue a prática, já que a legislação proíbe a divulgação de levantamentos que não estejam previamente registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante o período de campanha. Além disso, o documento aponta que parte das postagens foi impulsionada, possivelmente com recursos vindos do exterior, o que também viola as regras de campanha.

Comissão Arns, Artigo 19, Sleeping Giants Brasil e Conectas, signatários do documento, alertam que as informações estão sendo publicadas como se representassem a intenção de voto dos eleitores. Outro agravante é que as plataformas de apostas do chamado

“mercado de previsões”, como Polymarket e Kalshi, estão proibidas de atuar e bloqueadas desde abril deste ano, quando o Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou que as apostas só podem ser realizadas sobre indicadores econômicos e financeiros regulados.

“Não obstante o bloqueio, os percentuais dessas plataformas passaram a circular nas redes sociais brasileiras como suposta alternativa às pesquisas registradas, frequentemente acompanhados da tese de que ali estaria a realidade oculta pelos institutos de pesquisa”, diz a representação, enviada à PGE na quinta-feira passada.

Dribles

Nessas plataformas, usuários podem fazer apostas em praticamente qualquer evento real, do resultado das eleições até eventos climáticos. Embora estejam proibidas no Brasil, elas ainda podem ser acessadas com recursos como

VPNs, e possuem uma série de carteiras de apostas envolvendo as eleições presidenciais.

Na representação, as quatro entidades apontam que circulam postagens nas redes utilizando dados das plataformas de apostas para indicar o favoritismo de um candidato sobre outro. Um dos casos envolveu a própria Polymarket que, no Instagram, em perfil criado especificamente para o público brasileiro, divulgou um post apontando a liderança de Flávio Bolsonaro, presidenciável do PL, na semana passada. Segundo a plataforma, o senador tem 58% das apostas de que vencerá o pleito. A postagem gerou reação no governo federal, e a Meta, dona do Instagram, derrubou, ainda na semana passada, perfis ligados à Polymarket após solicitação da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), do Ministério da Fazenda.

Segundo reportagem do portal Núcleo, há casos nos quais os próprios candidatos divulgaram

resultados favoráveis das plataformas de apostas. Um deles foi o próprio Flávio Bolsonaro que, no Instagram, compartilhou um gráfico divulgado no X pela Polymarket, mostrando o mesmo resultado de 58% de apostas favoráveis.

Além da Fazenda, órgãos como a Advocacia-Geral da União (AGU) e o próprio TSE monitoram o cenário.

A representação pede que a PGE reúna informações sobre as publicações impulsionadas nas redes sociais para determinar a origem dos valores e que verifique a possibilidade de representações contra os autores por impulsionamento irregular de conteúdos e por divulgação de pesquisa sem registro prévio na Justiça Eleitoral.

Procurado pelo Correio, o TSE afirmou que “não se manifesta sobre casos concretos que podem vir a ser objeto de análise pela Justiça Eleitoral”. O Ministério da Fazenda, por sua vez, não retornou até o fechamento desta edição.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Polêmicas entre Lula e Flávio encontram limites nos votos consolidados

Depois de semanas dominadas pela crise do Supremo, pelo caso Banco Master e pelo confronto entre Lula e Flávio Bolsonaro sobre corrupção e democracia, as pesquisas Quaest e a Nexus, divulgadas ontem, mostram que, ao menos em parte, as duas controvérsias mais recentes, a medida provisória que proibiu as bets e o boato sobre Nossa Senhora Aparecida, favoreceram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O petista manteve a vantagem no primeiro turno e empata no segundo com Flávio Bolsonaro.

Na Quaest, Lula passou de 37% para 39%, e Flávio, de 33% para 34%. A Nexus registrou 42% para o presidente e 37% para o senador, ante 40% e 37% na rodada anterior. Os dois levantamentos indicam uma ampliação numérica da dianteira de Lula no primeiro turno. As mudanças individuais, contudo, são pequenas diante das margens de erro e não demonstram que uma polêmica específica tenha produzido o movimento. Num eventual segundo turno, a Quaest mostra 42% para cada candidato; a Nexus, 46% para Lula e 44% para Flávio, também em empate técnico.

A proibição das bets é a iniciativa com maior potencial de atingir a vida cotidiana. Na noite de sexta-feira, Lula editou uma medida provisória que alcança apostas esportivas e jogos on-line. Ela proibiu novos aportes nas plataformas, fixou prazo para a retirada dos saldos pelos usuários e determinou que sites e aplicativos saiam do ar a partir de 6 de outubro. A decisão responde ao endividamento e aos danos à saúde associados ao jogo, mas também abre uma disputa sobre sua execução, o mercado ilegal e os efeitos sobre empresas e clubes patrocinados pelo setor, que já foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF). Em termos eleitorais, a polêmica vem sendo boa para Lula.

A Quaest ouviu eleitores de 24 a 27 de setembro, e a Nexus, de 25 a 27. Ambas captaram, portanto, apenas parte da repercussão da medida anunciada na sexta-feira à noite. Ainda é possível que Lula obtenha até domingo algum benefício adicional entre famílias atingidas pelas apostas, mesmo que a medida provisória seja derrubada ou sustada pelo ministro Luiz Fux, relator no STF.

A controvérsia religiosa tem dinâmica diferente. Circulou nas redes a informação falsa de que Flávio retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil. O candidato negou a hipótese, e a GloboNews corrigiu a referência a um antigo projeto, apresentado por outro parlamentar e arquivado em 2008. A disputa ganhou novo capítulo com decisões judiciais sobre a remoção de publicações e a liberdade de expressão. No domingo, questionado sobre o boato, Lula disse não saber se a informação era falsa, o que deu à campanha adversária mais um argumento para reagir.

Disputa pelas bordas

Um levantamento sobre as conversas digitais entre 24 e 26 de setembro encontrou críticas à divulgação do boato em proporção superior à indignação com a suposta ameaça à padroeira. Outro monitoramento, feito num momento anterior da circulação, havia apontado maior pressão sobre Flávio. A pesquisa eleitoral, por enquanto, não demonstra perda expressiva de Flávio nem ganho expressivo do presidente por causa dessa disputa.

Já a crise do STF e o caso Master têm uma força de inércia mais longa. Não dependem de uma única postagem ou declaração: investigações, decisões judiciais e novas revelações podem recolocá-los no centro da campanha a qualquer momento. Flávio explora o desgaste da Corte e tenta associá-lo a Lula; o presidente procura se distanciar dos ministros envolvidos e lembrar as conexões do banqueiro Daniel Vercaro com o campo adversário. Na Quaest da semana passada, 62% afirmaram que a crise no Supremo não influenciava seu voto.

O principal freio a qualquer reviravolta está na consolidação dos votos. Na Nexus, 87% dos entrevistados que escolheram um candidato disseram ter a decisão tomada, ante 84% na semana passada. Entre os eleitores de Lula, são 92%; entre os de Flávio, 91%. Apenas 2% não indicaram um nome no primeiro turno, embora 12% dos que escolheram alguém admitam mudar.

Os dados estatísticos mais relevantes estão nas demais candidaturas. Na Quaest, Augusto Cury caiu numericamente de 6% para 4%, Caiado permaneceu com 4%, Renan Santos com 3%, e Zema, com 1%. Na Nexus, Cury e Caiado têm 5% cada, Renan, 4%, e Zema, 1%. Não se pode atribuir a oscilação de Cury a uma polêmica nem identificar para onde teriam ido seus antigos eleitores. Pode estar começando uma onda de “voto útil”.

Se houver segundo turno entre Lula e Flávio, a disputa central será por corações e mentes desse grupo. Um recorte do Datafolha mostrou que, entre os eleitores somados de Cury, Caiado, Renan e Zema, 43% escolheriam Flávio; 30%, Lula; e 26%, branco, nulo ou nenhum. Essa vantagem ajuda a explicar o empate nas simulações finais, apesar da liderança inicial do presidente.

Até domingo, a tendência mais consistente é de Lula preservar a dianteira no primeiro turno, com Flávio buscando reduzi-la pelo “voto útil”. A proibição das bets ainda pode render apoio ao presidente; o boato sobre Nossa Senhora de Aparecida perde força, mas provocou um litígio religioso. E o Master continua assombrando o Supremo. As pesquisas revelam forte inércia nos dois polos e uma disputa ainda aberta nas bordas. Lula chega mais bem colocado para vencer a primeira etapa. Flávio mantém condições de equilibrar a segunda. Só falta combinar com o eleitor.

ATÉ DOMINGO, A TENDÊNCIA MAIS CONSISTENTE É DE LULA PRESERVAR A DIANTEIRA NO PRIMEIRO TURNO, COM FLÁVIO BUSCANDO REDUZI-LA PELO VOTO ÚTIL. MAS PRECISA COMBINAR COM O ELEITOR